

Aula 7

ECONOMIA COLONIAL I

META

Apresentação e constituição do Antigo Sistema Colonial.
Apresentar a organização do espaço agrário colonial.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

- definir Sistema Colonial;
- discutir a importância do pau-brasil para o comércio colonial;
- mostrar a importância da economia açucareira na ocupação do espaço agrário colonial;
- descrever a organização do espaço colonial;
- apresentar a escravidão brasileira como modo de produção específico.

PRÉ-REQUISITOS

Ter assimilado os conteúdos referentes “A Evolução do Capitalismo visto nas aulas anteriores”.

Lourival Santana Santos
Ruy Belém de Araújo

INTRODUÇÃO

Nas aulas anteriores, vimos a gênese e o desenvolvimento do sistema capitalista.

Num primeiro momento, o processo de acumulação de capital gerou o capital industrial que, por sua vez, se ampliou ou evoluiu para diferentes formas, tais como: Capital Monopolista e Capital financeiro.

No que se refere à ocupação das terras portuguesas na América faz parte de um movimento que objetivava expandir as relações comerciais para além do continente europeu.

Sabemos que o objetivo inicial da expansão era a terra das especiarias, produtos importantes para a população européia, principalmente depois da tomada de Constantinopla pelos Turcos em 1453. Esse feito dificultou o comércio entre o oriente e o ocidente a tal ponto que “ uma bolsa de pimenta na Europa valia mais do que a vida de um Homem” .

Ao buscar o Oriente, Portugal achou o Brasil, que passou trinta anos relativamente abandonado, salvo algumas expedições que aqui estiveram. Esse abandono ocorreu porque Portugal não ia deixar uma empresa como a das Índias para ocupar uma terra que num primeiro momento não apresentava nenhum atrativo que justificasse uma empresa do porte que seria uma colonização. Porém, uma atividade se desenvolveu anteriormente à posse efetiva do território: a extração do pau-brasil.

Portanto, a partir desta aula, veremos na prática a viabilização do referido sistema a partir da implantação e desenvolvimento de atividades econômicas que marcaram o período colonial, isto é: a exploração do pau-brasil, a economia açucareira, a pecuária, a mineração e as atividades de subsistência.



Figura 2 - Engenho colonial (Fonte: <http://oc-cerqueira.zip.net>).

EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA

A história das viagens portuguesas é muito bem conhecida; contudo, foi possível graças a uma série de motivações, tais como: conquista de terras, possibilidades de saques, cobrança de tributos, conquista do comércio africano de escravos e marfim, aspirações da burguesia comercial, busca do caminho marítimo para as terras das especiarias, entre outras.

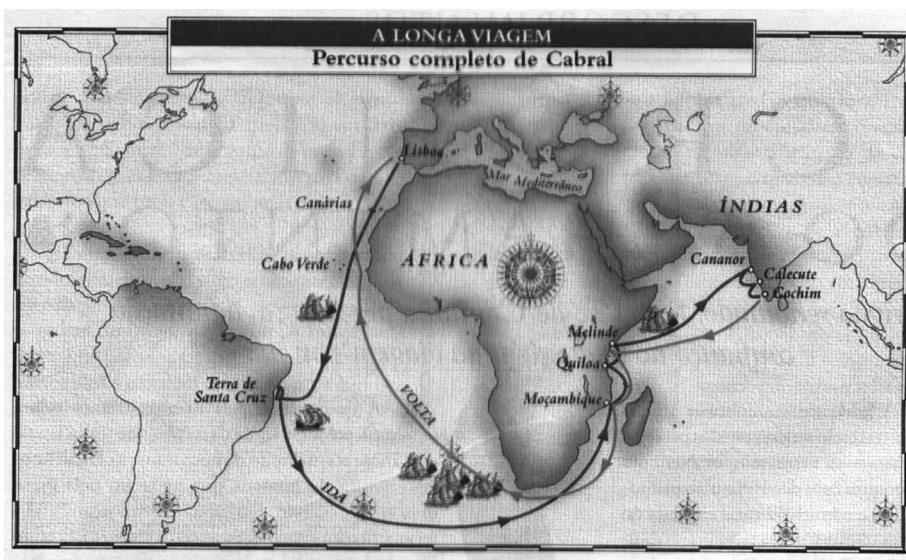


Figura 3 - Mapa da viagem de Pedro Álvares Cabral, em 1500
(Fonte: www.saberhistória.hpg.ig.com.br).

Estimulado, principalmente, pelas notícias sobre o comércio das especiarias, o Estado português lidera o empreendimento, apesar do grande obstáculo que existia para tamanha tarefa, isto é, o Atlântico, visto como o “mar tenebroso”, povoado por monstros e outros perigos.

Com a Casa de Avis, Portugal iniciou a “era oceânica”, iniciada com a conquista de Ceuta em 1415, seguindo-se o Cabo Bojador (1434), Cabo das Tormentas ou Boa Esperança (1488), caminho marítimo para as Índias (1498) e o achamento do Brasil em 1500.

Sem dúvida, a expansão marítima desdobrou-se em duas variantes: A primeira, imediatista, e a segunda, a longo prazo:

Conquanto a primeira vertente respondesse, prioritariamente, aos interesses da nobreza, a segunda atendia de forma mais definida os objetivos dos comerciantes portugueses. Pode-se ainda apontar uma variante nesta última forma de expansão, ou seja, a partir de um determinado momento criou-se a necessidade de fomentar a produção de matérias primas nos locais conquistados que não

possuísem qualquer tipo de atividade geradora de lucros imediatos. A fim de manter a posse das terras e, ao mesmo tempo, retirar ganhos das conquistas, a Coroa incentivou a montagem de estruturas produtivas nessas regiões, de que foram exemplo as ilhas e o Brasil (SALGADO, 1985).

Com isso, o capitalismo estatal vai ser controlado e dirigido pelo Estado, que se fundamenta no fiscalismo como fonte de recursos para a metrópole. Atendia, assim, aos interesses da burguesia e da nobreza.

O monopólio do comércio dos produtos asiáticos e o tráfico de escravos africanos (mão de obra para as regiões produtoras de matérias primas) enriquecia não só os grupos mercantis, como gerava vultosas receitas para o Tesouro Régio, as quais a Coroa, em certa medida, repassava à nobreza através de doação de mercês (SALGADO, 1985).

Após o descobrimento (ou achamento), o Brasil passou trinta anos relativamente abandonado, salvo algumas expedições que aqui estiveram, isto é, exploradoras e guarda-costas. Esse “abandono” ocorreu porque Portugal não ia deixar de lado uma empresa tão rendosa como as Índias, para ocupar uma terra que ao dizer de Pero Vaz de Caminha:

“Esta terra (...) de ponta a ponta é toda praia (...) muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar muito grande; porque a estender os olhos, não podíamos ver senão terra e alvoredos (...) Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos”

Conforme o documento citado, a terra não apresentava nenhum atrativo para uma colonização sistemática. Esse período caracterizou-se apenas por ações diplomáticas e arrendamento do comércio do pau Brasil a particulares. Por outro lado, Portugal

carecia de recursos financeiros e humanos para intensificar duas empresas colonizadoras simultâneas, aqui e na Índia. E esta exercia atração maior, país das especiarias, com mercado certo na Europa, enquanto de nossa terra, as perspectivas econômicas de início reconhecidas eram desalentadoras (AVELLAR, 1970, p. 47).

Somente a partir de 1530, a Coroa portuguesa resolveu ocupar as suas terras na América, porém, essa ocupação não foi motivada por pressões demográficas, mas pelas demais nações européias em busca da hegemonia no mercado europeu. Era importante a posse de colônias, o que poderia significar a transferência de numerário (em forma de tributos), para a metró-

pole. Além disso, o comércio das especiarias estava em crise. Para Portugal, era necessário tornar o seu domínio sobre a colônia, na América, lucrativo.

Realmente, a partir de 1530, quando era rei de Portugal D. João III, iniciou-se a colonização do Brasil com a implantação do regime de Capitânicas Hereditárias; esse fato deu impulso à obra da colonização e colocou a administração do reino e seus domínios em primeiro plano.

Não foi uma experiência nova, pois esse sistema já tinha sido implantado nas ilhas oceânicas. Extensões de terras foram doadas com o objetivo de explorá-las economicamente e povoá-las.

A COLÔNIA ERA UMA DÁDIVA DA METRÓPOLE

O que definia o sistema colonial era o monopólio do comércio das colônias pela metrópole, pois com a prática monopolista, as colônias preenchiam a sua função histórica, ou seja, as colônias existiam para suprir as necessidades metropolitanas.

Por outro lado, o que determinava essa relação era o pacto colonial, através de uma política intervencionista. Detendo o monopólio do comércio colonial, a burguesia metropolitana poderia determinar tanto a alta dos preços dos produtos originários da metrópole, como também forçar a baixa dos preços dos produtos coloniais. Essa prática era denominada de exclusivismo metropolitano.

Apesar de não haver uma sistematização do Pacto Colonial, era ele que viabilizava o sistema colonial. Tanto os dominados quanto os dominadores o aceitavam de forma natural.

O Pacto Colonial tem as suas origens em dois documentos: o primeiro, escrito em 1747, estabelecia que,

As colônias devem: primeiro dar a metrópole um maior mercado para seus produtos; segundo, dar ocupação a um maior número dos seus (da metrópole) manufatureiros, artesãos e marinheiros; terceiro, fornecer-lhe uma maior quantidade dos artigos que precisa (LAPA, 1994, p. 22 apud NOVAES, 1979).

O outro documento, datado de 1776, de autoria do Marquês de Pombal, esclarecia que,

1. As colônias devem estar debaixo da imediata dependência de proteção dos fundadores;
2. O comércio e a agricultura delas devem ser exclusivos dos mesmos fundadores;
3. Aos fundadores pertencem também privativamente os úteis provenientes da agricultura, comércio e navegação das colônias;

4. Para que prestem a utilidade desejada, as colônias não podem ter o necessário para subsistir por si sem dependência da Metrópole; (LAPA, 1994, p. 23).

A partir dessas idéias, foi montado o sistema de exploração colonial, que marcou a conquista e a colonização de toda a América Latina, incluindo o Brasil. Esse sistema de exploração colonial apresentava algumas características como:

a) Complementaridade — a produção colonial foi organizada com a função de complementar ou satisfazer os interesses dos países metropolitanos europeus. No caso do Brasil, por exemplo, foi organizada uma produção a fim de fornecer açúcar e tabaco, mais tarde ouro e diamantes, depois algodão e, em seguida, café, para o comércio europeu. Não se objetivava, de modo algum, desenvolver na colônia qualquer atividade voltada para seus interesses internos.

b) Monopólio comercial — era o instrumento básico utilizado para amarrar a vida econômica da colônia à da metrópole. Através do monopólio comercial, a colônia tornava-se um mercado exclusivo da burguesia metropolitana. Essa burguesia ficava com o direito de comprar, com exclusividade, os produtos coloniais, fazendo-o ao menor preço possível. De posse desses produtos, os comerciantes da metrópole os revendiam, no mercado europeu, aos mais altos preços admissíveis. Também era privilégio exclusivo da burguesia metropolitana vender produtos europeus para a população da colônia.

Vamos a um exemplo do que foi dito acima: supondo que o preço de uma caixa de açúcar no mercado europeu fosse 5 libras, e para produzir essa caixa na colônia o produtor investisse 2 libras, se vendido diretamente no mercado europeu esse produtor teria um lucro de 3 libras (150%), lucro excelente não restam dúvidas. Porém, detendo o monopólio do comércio colonial, os mercadores forçavam a baixa dos preços dos produtos. É bom lembrar que os produtores coloniais só poderiam vender para os compradores metropolitanos. Em vez de 5 libras eles pagavam apenas 3. Até aí tudo bem, ainda sobrava um lucro de 50%.

No entanto esse lucro inicial de 50% voltava para as mãos dos mercadores metropolitanos, quando forçavam a alta dos preços dos produtos vendidos à colônia. Daí as dificuldades enfrentadas pela colônia no processo interno da acumulação de capital. Nesse sentido conclui-se que:

- a) Primeiro, temos a colônia como centro gerador de riquezas;
- b) Segundo, a Metrópole como receptor desta riqueza;
- c) Terceiro, o pacto colonial como o responsável pela transferência desta riqueza.

Assim, procurava a Coroa, na medida do possível, transferir rendas para a Metrópole na medida em que:

O sistema de colonização que a política econômica mercantilista

visa desenvolver tem em mira os mesmos fins mais gerais do mercantilismo e a eles se subordina. Por isso, a primeira preocupação dos Estados colonizadores será de resguardar a área de seu império colonial perante as demais potências; a administração se fará a partir da Metrópole, e a preocupação fiscal dominará todo o mecanismo administrativo [...] uma parte significativa massa de renda real gerada pela produção da Colônia é transferida pelo sistema de colonização para a Metrópole (NOVAES, 1978, p. 51).

Enfim, Portugal procurou enquadrar muito bem o Brasil na dinâmica do sistema colonial da época mercantilista, pois,

[...] além da arrecadação de impostos, garantia as atividades e possibilidades econômicas reservadas sob contratos e monopólios, chamados na época de “estancos”. Essa administração, desdobrada a partir de 1548 nas instâncias metropolitana, do governo Geral e da Capitania, era responsável pela arrecadação de rendas Régias, cobradas sobre todas as atividades econômicas (uma vez que incluíam a arrecadação dos dízimos), com especial cuidado sobre as destinadas ao comércio exportador e à conseqüente cobrança de direitos alfandegários [...] (SALGADO, 1985).

As colônias que seguiram esse sistema foram denominadas de colônias de exploração, sendo o exemplo típico aquelas pertencentes a Portugal e à Espanha. Elas apresentavam as seguintes características: produção com base na grande propriedade, produção de metais preciosos e produtos tropicais voltados para o mercado externo e o trabalho escravo.

Mas, nem todas as colônias foram de exploração, e o exemplo típico é o da colonização inglesa na América do Norte, as chamadas colônias de povoamento que apresentavam as seguintes características: a pequena propriedade como base da produção, trabalho livre e a produção voltada para o mercado interno.

O sistema colonial é uma etapa do capitalismo. Esse sistema vigorou na Idade Moderna. Período considerado como de transição do feudalismo para o capitalismo.

ÁRVORE DE TINTA

O Pau Brasil (*caesalpinia echinata*), madeira que deu o nome definitivo à terra descoberta e nome derivado da sua cor avermelhada, era monopólio da coroa portuguesa.

Dele se retirava um corante que era utilizado para tingir tecidos. A mão-de-obra utilizada era predominantemente indígena, responsável pelo corte e

carregamento das toras para o porto de embarque, que eram explorados em troca de bugigangas como pente, espelhos etc. Era uma atividade predatória.



Figura 5 - Exploração do Pau Brasil
(Fonte: WWW.multirio.gov.br).

Em 1503, foi concedido a Fernão de Noronha, aliado a cristãos novos, o arrendamento desta exploração. O arrendatário se comprometia a enviar anualmente seis navios ao Brasil, explorar cada ano 300 léguas de terra e manter uma fortaleza.

Essa atividade não possibilitou a fixação do homem à terra, isso só ocorreria com o início da agricultura, a partir da implantação do sistema de capitânicas hereditárias e o desenvolvimento da agromanufatura açucareira.

A importância econômica do pau-brasil não pode ser desprezada e a prova maior foi a presença de contrabandistas estrangeiros no litoral do Brasil. Para Hilário Franco Júnior, apesar de o valor de uma nau de 120 toneladas carregadas de especiarias valer sete vezes um igual carregamento de pau-brasil, não era desprezível, pois,

não se justificariam tantos cuidados do governo, se se tratasse de produto inferior na escala de lucros auferidos. O próprio interesse estrangeiro em participar desse comércio, com navios franceses e em menor escala, ingleses e espanhóis, procurando romper o monopólio lusitano, indica nesse sentido. (FRANCO JUNIOR, 1980).

AGROMANUFATURA AÇUCAREIRA



Figura 6 - Mapa retirado do CD-rom História do Brasil, da ATR Multi-mídia.in: (Fonte: www.historianet.com.br).

A implantação da agromanufatura açucareira no Brasil se enquadrou perfeitamente nos objetivos da ocupação do espaço agrário no período colonial. O ouro tão almejado não foi encontrado e se não ocupasse a terra poderia perder para as demais nações europeias em busca da hegemonia no mercado europeu.

A ocupação econômica das terras portuguesas na América parecia, num primeiro momento, inviável, pois só se justificaria a ocupação com a exploração de um produto que tivesse altos preços no mercado europeu, gerando

lucros para que Portugal conseguisse manter o seu império colonial. É nesse contexto que se insere o açúcar.

O açúcar é de origem asiática, foi introduzido na Europa através das cruzadas e na época era visto como uma especiaria, alcançando altos preços no mercado. Os Árabes introduziram na Sicília e na Espanha Moura. Foi da Sicília que Portugal levou mudas para as ilhas oceânicas (Madeira, Cabo Verde, Açores e São Tomé.)

No entanto, Portugal teve que enfrentar vários problemas no que refere à sua implantação no Brasil, ou seja,

- Transporte para as praças da Europa;
- Mão de obra;
- Capital inicial.

Com relação à questão do transporte, Portugal não possuía uma frota mercantil capaz de escoar a produção colonial para o mercado europeu. No que se refere à mão-de-obra, o problema era que produzir com base no trabalho assalariado, além de não ser uma prática predominante na (época, é bom lembrar que naquele período a base da produção era servil). A existência de terras disponíveis provavelmente não transformaria a força de trabalho em assalariada. Outra questão é que Portugal, no momento da ocupação do Brasil, passava por problemas demográficos carecendo inclusive de ocupar algumas regiões internamente.

Quanto ao capital inicial para implantação dos engenhos, o que exigia altas quantias, como veremos adiante, o estado português não tinha recursos para um empreendimento desse porte e é nesse contexto que surge em cena o capital holandês.

Os holandeses, além de possuírem uma excelente organização comercial, possuíam o capital necessário para tal empreendimento,

Não somente com sua experiência comercial contribuíram os holandeses. Parte substancial dos capitais requeridos pela empresa açucareira viera dos Países Baixos. Existem indícios abundantes de que os capitalistas holandeses não se limitaram a financiar a comercialização do produto. Tudo indica que capitais flamengos participaram no financiamento das instalações produtivas no Brasil bem como no da importação de mão de obra escrava. (FURTADO, 1977, p. 110).

Foi Martim Afonso de Souza o responsável pela construção do primeiro engenho de açúcar no Brasil, logo após a implantação do sistema de capitania hereditária. Este engenho foi construído na Capitania de São Vicente e recebeu o nome de Engenho do Governador. No entanto, o açúcar se adaptou mais no Nordeste, devido ao solo propício (o massapé), o clima e a proximidade da Europa.

O açúcar foi responsável pela transferência de uma massa significativa de recursos para a Metrópole, como podemos perceber no quadro a seguir:

Pelo caixão no engenho	1\$200
Por se levantar o dito caixão	\$050
Por 86 pregos para o dito caixão	\$320
Por 35 arrobas de açúcar a 1\$600	56\$000
Por carroto à beira-mar	2\$000
Por carroto do porto do mar até o trapiche	\$320
Por guindaste no trapiche	\$080
Por entrada no mesmo trapiche	\$080
Por aluguer do mês no dito trapiche	\$020
Por se botar fora do trapiche	\$160
Por direitos de subsídios da terra	\$300
Por direito para o forte do mar	\$080
Por frete do navio a 20\$	11\$520
Por descarga em Lisboa, para a alfândega	\$200
Por guindaste na ponte da alfândega	\$040
Por se recolher da ponte para o armazém	\$060
Por se guardar na alfândega	\$050
Por cascavel de arquear, por cada arco	\$080
Por obras, taras e marcas	\$060
Por avaliação e direitos grandes, a 800 réis, e a 20 por 100	5\$600
Por consulado a 3 por 100	\$840
Por combói a 140 réis por arroba	4\$900
Por maioria	\$600
O que tudo importa	84\$560

Quadro “Valores do açúcar” (Fonte: ANTONIL, 1982, p.141).

Eram transferidos para o Erário Régio 45% do custo do açúcar fino e 60% do inferior. O açúcar branco era cotado a 1\$600réis a arroba, chegando a Lisboa a 2\$410réis (AMED, 2000, p. 65).

A PLANTATION ESCRAVISTA

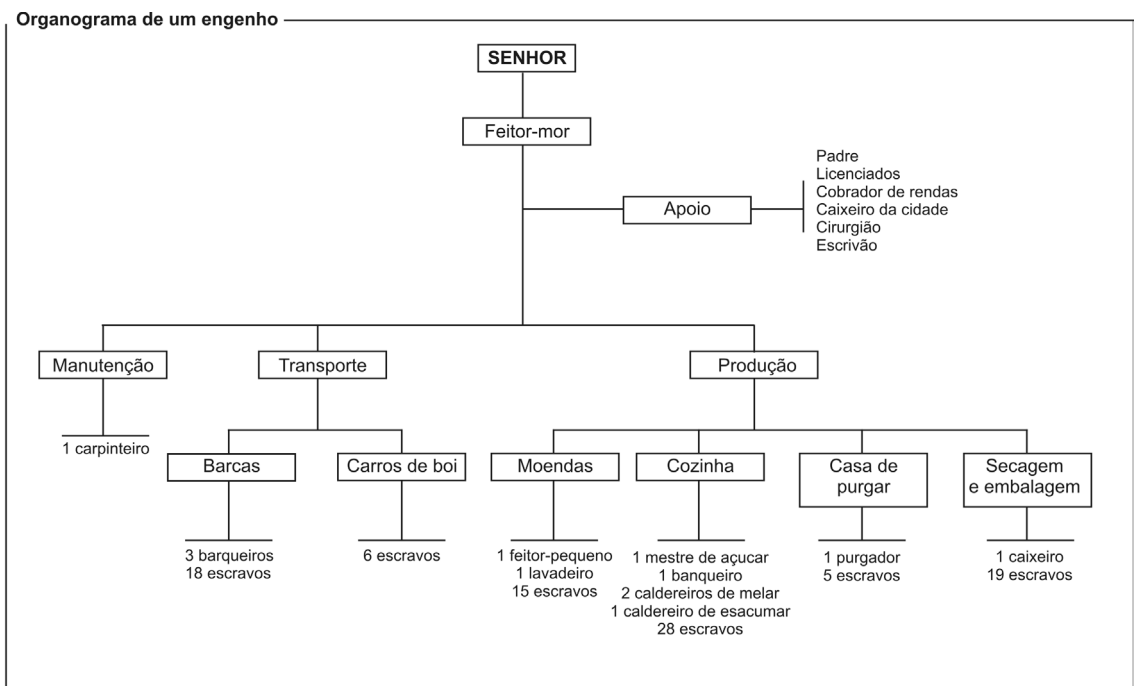
O termo engenho não se aplicava apenas às instalações onde se fabricava o açúcar. Engenho era toda a unidade de produção, englobando toda

a propriedade com suas benfeitorias.

A vida no engenho girava em torno do quadrilátero:

- Casa Grande: residência do proprietário;
- Senzala: habitação dos escravos;
- Capela: onde se praticava os ofícios religiosos (catolicismo);
- Engenho: onde se fabricava o açúcar.

Essa unidade de produção praticava o sistema de “Plantation”, isto é, era uma empresa agrícola, latifundiária, monocultora e voltada para o mercado externo.



Organograma de um Engenho (Fonte: FERLINE, 1994,P.53)

Como podemos perceber no organograma acima, o engenho era uma verdadeira fábrica, não no sentido moderno, mas em termos de organização. Assim, temos:

- a) Uma divisão social do trabalho onde cada grupo de trabalhadores, sejam eles livres ou escravos, é especializado em uma fase do processo de produção;
- b) Produção voltada para o mercado;
- c) Separação dos produtores dos meios de produção – o produto final do trabalho era apropriado por uma pequena parcela, isto é, os senhores de engenho, mercadores etc.

Ciro Flamarion Cardoso resume as características da Plantation escravista em cinco pontos fundamentais:

- Existência de dois setores agrícolas articulados: o escravista, que era dominante e produtor de mercadorias para exportação, e um sistema camponês produtor de alimentos;
- Nível baixo no que se refere às forças produtivas com a utilização de forma intensiva, tanto dos recursos naturais quanto da força de trabalho;
- Divisão do trabalho entre os escravos. Como exemplo, temos os escravos chamados de ladinos e os boçais. Os ladinos eram dotados de aptidões e prestavam serviços especializados tais como de carpinteiros, carreiros, oleiros etc. Os boçais eram aqueles que tinham ocupação na lavoura.
- Um processo de produção reproduzido a partir do tráfico africano.

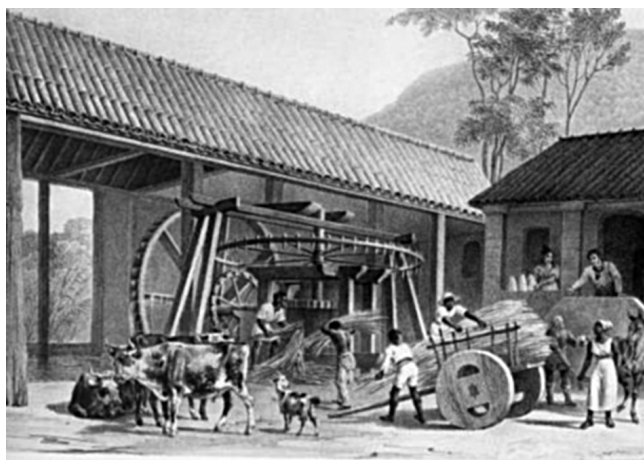


Figura 7 - Um engenho da época colonial (fonte: oc-cerqueira.zip.net).

No nível macroeconômico, o sistema escravista era inseparável do capital mercantil e no micro econômico a empresa dependia de um alto grau de auto-suficiência quanto aos insumos locais e minimização das despesas de manutenção dos escravos.

Um engenho de grande porte moía, anualmente, 200 tarefas o que significava que a extensão da lavoura não chegava a 10%, o restante era reservado para o fornecimento de lenha e madeira.

Ora, como poderia, apenas com essa área de cultivo, o Brasil suprir as necessidades do mercado externo? Na verdade, no período de rentabilidade alta a maior parte da cana de açúcar moída vinha dos lavradores e o engenho concentrava o processamento do açúcar.

Assim, abaixo dos senhores de engenho temos os lavradores, que se dividiam em três grupos:

- Lavradores proprietários livres – eram donos de terras que cultivavam cana-de-açúcar, mas não tinham engenho. O termo “livre”, era utilizado

porque podiam escolher a quem entregar a cana para moer;

- Lavradores proprietários obrigados - estavam subordinados ao proprietário do engenho de quem haviam adquirido as terras;

- Lavradores arrendatários - arrendavam terras dos senhores de engenho para o cultivo da cana-de-açúcar.

O engenho “foi o pólo aglutinador da sociedade açucareira nos primeiros



Figura 8 - Engenho colonial brasileiro, operado por escravos, em ilustração do século XIX, pintura de DEBRET.

séculos da colonização, ordenando a propriedade e o uso da terra em função da dinâmica do grande comércio”.

MÃO-DE-OBRA

Inicialmente a mão-de-obra utilizada nos engenhos foi indígena, mas, gradativamente, foram introduzidos escravos negros. O negro foi introduzido como mão-de-obra porque o tráfico negreiro dava lucros para a coroa portuguesa, assim, podemos afirmar que não foi a escravidão que gerou o tráfico e sim o tráfico que gerou a escravidão.

O tráfico negreiro foi uma atividade lucrativa para a coroa portuguesa. Pensar em introduzir mão-de-obra livre era impossível devido à estrutura econômica montada na colônia, pois a disponibilidade de terras tornaria esses homens livres independentes.

Desde o século XV que o tráfico negreiro era praticado por Portugal, que começa a utilizar esse tipo de mão-de-obra nas ilhas oceânicas (Madeira, Açores, cabo Verde, São Tomé) no cultivo da cana de açúcar.

Na África, os negros eram trocados por bugigangas, como tabaco, aguardente etc. Trazidos para o Brasil nos navios negreiros, eram vendidos, principalmente nas praças do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, e daí distribuídos para o restante da Colônia.



Figura 9 - Família de um chefe camacã se prepara para uma festa. Os índios foram os primeiros escravo no Brasil. Jean Baptiste Debret (Fonte: www.wikipedia.org).

Os escravos chegaram ao Brasil provenientes de várias áreas da África, a saber:

- BANTOS – África Equatorial e Tropical, Guiné, Congo e Angola
- SUDANESES- África Oriental, Sudão e Moçambique.

Ao longo de todo o período colonial, foram introduzidos no Brasil cerca de 4 milhões de escravos. O sistema escravista integrava três camadas sociais: o escravo, o senhor de engenho e a burguesia metropolitana, como podemos perceber no organograma a seguir.



Organograma sistema escravista (Fonte: www.culturabrasil.org)

O escravo era coisa, mercadoria, que podia ser vendido, trocado.

Nesse contexto, desenvolveu-se no Brasil um modo de produção específico, o Escravismo Colonial

Além dos escravos que de acordo com Antonil “eram as mãos e os pés dos senhores de engenho”, aqueles que não tinham recursos gravitavam em torno dos engenhos, eram os trabalhadores especializados, agregados, moradores que prestavam serviços aos senhores.

Trabalhadores especializados, assalariados, que desenvolviam vários ofícios, estavam presentes na agromanufatura açucareira, tais como:

- FEITOR MOR: gerenciava todo o processo de produção;
- CAIXEIRO DA CIDADE: era o agente comercial, encarregado da venda ou do embarque do açúcar;
- COBRADOR DE RENDAS: recebia o pagamento dos lavradores arrendatários;
- ESCRIVÃO: controlava os estoques de ferramentas, tecidos, alimentos etc.;
- SOLICITADOR: procurador do engenho;
- LETRADOS: assessor do solicitador;
- CIRURGIÃO: cuidava dos negros, aplicando medicamentos;
- MESTRE DE AÇÚCAR: era o responsável pelo processo técnico de produção do açúcar;
- CALDEREIRO: responsável pela limpeza do caldo da cana;
- BANQUEIRO: auxiliar do mestre de açúcar;
- CARAPINA: responsável pela manutenção das rodas da moenda;
- FEITOR PEQUENO: responsável pela moagem;
- LEVADEIRO: auxiliar do feitor pequeno;
- PURGADOR: supervisionava o processo de clarificação do açúcar;
- CALAFATES: calafetava as barcas;
- FERREIRO, PEDREIRO E TACHEIROS: responsáveis pela manutenção dos tachos de cobre.

A partir de meados do século XVII, a economia açucareira entrou em crise por conta da expulsão dos holandeses do Nordeste. Senhores da técnica como também da fabricação de equipamentos, estes implantaram nas Antilhas um complexo açucareiro que em poucos anos começou a concorrer com o açúcar produzido no Brasil. Como também outro tipo de adoçante começou a ser utilizado na Europa: o açúcar da beterraba.

No século XVIII, o açúcar brasileiro voltou a despontar como um dos principais produtos na pauta das exportações brasileiras, devido a fatores externos como a reabertura dos mercados consumidores e a crise da produção das Antilhas.



1. Qual a importância da Revolução de Avis ?
2. O que foi a “Era Oceânica”?
3. Por que, somente a partir de 1530, Portugal resolveu colonizar o Brasil? Qual o sistema adotado e as razões da sua adoção?
4. Defina Sistema Colonial.
5. Por que afirmamos que a colônia era “uma dádiva da metrópole?”
6. Com base no documento elaborado por Marquês de Pombal, em 1776, identifique a função das colônias.
7. Diferencie colônias de exploração de colônias de povoamento.
8. Qual a importância da exploração do pau-brasil para a Coroa portuguesa?
9. Quais as dificuldades encontradas por Portugal na implantação da agro-manufatura açucareira? Como foram solucionadas?
10. Por que o engenho pode ser comparado a uma fábrica?
11. Cite e explique as características da plantation escravista.
12. Por que o escravismo colonial pode ser visto como um modo de produção?

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

A Revolução de Avis, foi fundamental para a centralização do poder em Portugal. A partir da formação do Estado Nacional, o reino português se lançou aos mares, iniciando assim a “era oceânica”. Foi somente a partir de 1530 que teve início a colonização do Brasil, com a implantação do sistema de capitânicas hereditárias. Se não colonizasse a terra descoberta poderia perdê-la para as demais nações européias que disputavam o controle das áreas coloniais. A colônia se constituía em uma dádiva da metrópole e o elemento que definia essa relação de dependência era o monopólio do comércio colonial. As colônias de exploração, no caso específico do Brasil, tinham a função de atender às necessidades da metrópole.

A exploração do pau-brasil foi uma atividade importante nos primeiros anos após a descoberta do Brasil. Apesar de ser uma atividade predatória possibilitou, mesmo que de forma superficial, o reconhecimento do litoral. Não restam dúvidas de que apesar das dificuldades enfrentadas por Portugal para a implantação da agromanufatura açucareira, a exemplo da questão do financiamento, esta se constituiu na base da economia colonial, assentada sobre o modo escravista de produção.

CONCLUSÃO

Portugal foi o primeiro país da Europa a centralizar o poder através da Revolução de Avis. A centralização política foi um dos fatores responsáveis por lançá-lo aos Mares desdobrando-se em duas variantes, uma imediatista e outra a longo prazo. Conquista de terras, possibilidades de saques, cobrança de tributos, conquista do comércio africano de escravos e marfim, aspirações da burguesia comercial, busca do caminho marítimo para as terras das especiarias, foram fatores importantes para a expansão marítima portuguesa. No que concerne à administração Reinol vários órgãos foram criados possibilitando com isso que Portugal administrasse os seus domínios na América. O monopólio era o elemento definidor do sistema colonial. A função das colônias era suprir as necessidades da Metrópole. A exploração das áreas colônias apresentava algumas características tais como: Monopólio comercial, Complementaridade.

A primeira atividade econômica do Brasil, foi a exploração do Pau Brasil, que apesar de não fixar o homem a terra foi responsável pela transferência de lucros para a Coroa portuguesa. É portanto com a cana de açúcar que tem início a posse efetiva do território. Esta atividade foi responsável pela transferência de uma massa significativa de recursos para a Metrópole. Tinha

como unidade básica de produção o engenho, que se assemelhava a uma fábrica. Inicialmente a mão de obra utilizada foi a indígena, porém com os lucros do tráfico negreiro, o índio foi substituído pelo negro africano.



RESUMO

Nesta aula, foi discutido aspectos da Expansão portuguesa, o sistema colonial, a exploração do pau brasil e a economia açucareira. Assim aprendemos que:

1. A centralização do poder mesmo que de forma precoce possibilitou a expansão comercial e marítima portuguesa;
2. As capitanias hereditárias foi a forma encontrada por Portugal para colonizar o Brasil;
3. O monopólio do comércio das colônias pela metrópole definia o sistema colonial, pois através dele as colônias preenchiam a sua função ou seja suprir as necessidades da metrópole.

Vimos também a ocupação do espaço agrário brasileiro, principalmente a partir da implantação da agromanufatura açucareira, sendo esta atividade responsável pela transferência de recursos significativos para a Metrópole.

REFERÊNCIAS

AMED, Fernando José. **História dos tributos no Brasil**. São Paulo:Edições SINAESP, 2000.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência no Brasil**. São Paulo: Itatiaia, 1982.

AVELLAR, Hélio de Alcântara. **História administrativa e econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: FENAME, 1970.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **A Afro-América: a escravidão no Novo Mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 5 ed. Porto Alegre:Globo, 1979.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **História Econômica Geral e do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1980.

FERLINI, Maria Lúcia Amaral. **A civilização do açúcar**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

LAPA, José Roberto do Amaral. **O Sistema Colonial**. São Paulo: Editora Ática, Série Princípios, 1994.

NOVAES, Fernando A. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

SALGADO, Graça (Coord). **Fiscais e meirinhos**: a administração no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,, 1985

TAVARES, Luis Henrique Dias **O primeiro século do Brasil**: da expansão da Europa Ocidental aos governos gerais das terras do Brasil. Salvador: EDUFBA, 1999.

SIMONSEN, Roberto C.. **História econômica do Brasil**: 1500-1820. São Paulo: Editora Nacional, 1947.

TOPALOV, Cristian. **Estruturas agrárias brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. Disponível em <<http://www.culturabrasil.org>>.